3º Seminário de Políticas Públicas para a Educação Penitenciária: Arte, Cultura e Educação

**DOCUMENTO FINAL DO III SEMINÁRIO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA EDUCAÇÃO PENITECNIÁRIA: ARTE, CULTURA E EDUCAÇÃO PENITENCIÁRIA**

# **INTRODUÇÃO**

As discussões a cerca da temática Educação Penitenciária na Universidade Federal do Amapá iniciou em 2012, com a criação da linha de pesquisa “Políticas Públicas para Educação Penitenciária”, no Grupo Políticas Públicas e educação inclusiva (GPPEI/UNIFAP/CNPq), o qual foi instituido pela Prof. Dra. Leila do Socorro Rodrigues Feio, a partir do ingresso da Prof. Dra.Eliane Leal Vasquez no Curso Intercultural Indigena/Campus Norte Oiapoque, momento em que se cadastrou o Projeto de Pesquisa: Políticas Públicas para Educação Penitenciária: Pela implantação de um programa governamental, por intermédio do Curso de Pedagogia do Campus Marco Zero do Equador[[1]](#footnote-1).

Em 2013, foi realizado o I Seminário de Políticas Públicas para Educação Penitenciária no Amapá, através de um projeto de extensão, o qual contou com a participação de 170 pessoas.

O evento foi idealizado a partir da articulação entre alguns membros da II Comissão para Elaboração do Plano Estadual de Educação para o Sistema Penitenciária Amapaense, com pesquisadores do GPPEI e apoio logístico do Núcleo de Acessibilidade e Inclusão (NAI/PROEAC/UNIFAP). No referido evento foi realizado três oficinas com os participantes, com o objetivo de discutir as concepções filosóficas de educação para o Plano Estadual de Educação para o Sistema Penitenciária Amapaense (PEESP-AP), onde se deliberou que a educação penitenciária ainda não sendo uma modalidade de ensino reconhecida no Brasil, a sua concepção fundamentava-se em cinco pilares: Direitos Humanos, Cidadania, Direito Social, Cultura de Paz e Inclusão Social, o que contribui para a elaboração da primeira versão completa do documento, já no ano de 2014.

A UNIFAP continuou os debates a cerca da temática sobre a educação penitenciária no Estado do Amapá realizando o II Seminário de Políticas Públicas para Educação Penitenciária no Amapá, em 2015: Articulando a consolidação das metas do Plano Estadual de Educação para o Sistema Penitenciário Amapaense na política educacional, o qual mais uma vez foi realizado como um projeto de extensão, onde se reuniram em torno de 100 pessoas interessadas no projeto de extensão, que era debater sobre demandas relativas à efetiva implementação do Plano Estadual de Educação para o Sistema Penitenciário Amapaense, já que até novembro de 2015, a Secretaria de Estado da Educação - GEA/SEED não tinha tomado providências para encaminhamento do Plano para órgãos, como a Assembleia Legislativa, com fim de aprovação do mesmo por meio de projeto de lei.

Há de se considerar que, o Conselho Estadual de Educação – CEE, ligado ao GEA/SEED, aprovou em xxxxxxxxxxxxxxxx, a Resolução Normativa No 057/2015- CEE/AP, que dispõe sobre a oferta da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica, para pessoas privadas de liberdade, nos estabelecimentos penais do Estado do Amapá e dá outras providências correlatas, como resultado desta demanda que aos poucos passa a ser inserida na política educacional amapaense, em decorrência da legislação da área que foi mudando no período de xxxxxxx a xxxxxxx.

Em 2018, realizou-se o III Seminário de Políticas Públicas para Educação Penitenciária, organizado pelo Curso de Teatro - CCT/UNIFAP e do Núcleo de Acessibilidade e Inclusão - NAI/PROEAC/UNIFAP, onde estiveram xxxxxxxxxxx participantes entre professores da educação penitenciários, técnicos, professores da Escola Estadual São José, que se localiza no IAPEN), estudantes, pesquisadores da UNIFAP, UFBA e xxxxxx, além de educadores penitenciários (IAPEN/SEJUSP) e demais membros da sociedade amapaense.

Considerando a mais recente legislação brasileira que normatiza à educação em estabelecimentos penais, como:

• Plano Nacional de Cultura e o Sistema Nacional de Cultura;

• Plano Estratégico de Educação no âmbito do o Sistema Prisional;

• Plano Nacional de Educação;

• Plano Estadual de Educação para o Sistema Penitenciário Amapaense;

• Plano Estadual de Cultura;

• Resolução nº 2/2010, de 19 de maio de 2010;

 • Resolução nº 02, de 19 de maio de 2010;

• Resolução nº 057, de 15 de dezembro de 2015;

• Recomendação nº 44/13 de 26 de novembro de 2013;

• Resolução de Políticas Afirmativas da UNIFAP.

e , com a documento elaborado no último dia deste evento, possamos somar forças para requerer ao Governo do Estado do Amapá por intermédio da Secretaria de Estado da Educação providências urgentes para que o Amapá se torne colaborador da implementação do Plano Estratégico de Educação para o Sistema Prisional, instituído pelo [Decreto nº 7.626, de 24 de novembro de 2011.](http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/DEC%207.626-2011?OpenDocument) **Afinal de que vale termos um Plano elaborado e atualizado a sua última versão em 2017, sob a articulação da gestora e professores da Escola Estadual São José – EESJ, se as política educacional voltado à população carcerária ainda não se implementou de fato?**

# Assim, xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, saber:

# META I - AMPLIAÇÃO DA MATRICULA DE EDUCAÇÃO FORMAL;

# META II – AMPLIAÇÃO DA OFERTA DE EDUCAÇÃO NÃO FORMAL;

# META III – AMPLIAÇÃO DE OFERTA DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL;

# META IV – AMPLIAÇÃO NO NÚMERO DE INSCRITOS NOS EXAMES DE CERTIFICAÇÃO;

# META V - AMPLIAÇÃO NO NÚMERO DE BIBLIOTECAS E DE ESPAÇOS DE LEITURA;

# META VI – MELHORIA NA QUALIDADE DA OFERTA DE EDUCAÇÃO. (GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ, 2017).

# xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx.

# • Instituição de Comissão pela UNIFAP para tratar das demandas para formação da comunidade escolar-prisional, bem como para assessorar a implementação de políticas para educação penitenciária no Estado do Amapá;

# • Criação da disciplina de Educação Penitenciária nos cursos de licenciaturas da UNIFAP;

# • Implementação da parte diversificada do currículo escolar, tomando como referência a base nacional comum para comtemplar as peculiaridares dos estudantes privados de liberdade;

# • Criação de reserva de vagas para curso de graduação presencial na UNIFAP para egressos do sistema penietnciário e de pessoas que estão no regime aberto e semiaberto;

#  • Criação de resolução no âmbito local para a Educação Especial para cursos ofertados pela Educação de Jovens e Adultos na Educação Penitenciária, pois a Resolução No 057/2015 não contempla as demandas da educação especial e do atendimento educacional especializado;

# • Ampliação de projetos de extensão pela UNIFAP e seus parceiros, tendo como público alvo a população carcerária e os profissionais que trabalham no ambiente carcerário;

# • Planejamento e implentação de projetos de extensão pela UNIFAP e seus parceiros, tendo como público alvo as mulheres encarceradas e seus filhos/filhas que os visitam na Coordenadoria da Penitenciária Feminina – COPEF/IAPEN;

# • Articulação, planejamento e implantação de uma proposta curricular específica para educação penitenciária, como educação semi-presencial ou educação modular;

# • Adequação dos aspectos formais (registro da frequência, tempo de aula e currículo) e outros aspectos pedagógicos referentes ao funcionamento das escolas en contexto de privação da liberdade, com fim de garantir que o funcionamento das unidades escolares dialoguem com o calendário escolar oficial da Secretaria de Estado da Educação;

# • Cumprimento da Portaria no âmbito do IAPEN/SEJUSP que trata do posto fixo de funcionamento de segurança dos profissionais da educação que trabalham no ambiente carcerário;

# • Manutenção por via UNIFAP da realização do Seminário de Políticas Públicas para Educação Penitenciária;

# • Promover a reflexão sobre a educação profisional junto as escolas em contexto de privação de liberdade;

# • Articular, planejar e implementar critérios para a atuação de gestores, técnicos e professores que trabalham nas escolas em contexto de privação de liberdade, como processo seletivo interno, avaliação psicológica e formação acadêmica ou continuada na educação penitenciária ou áreas afins.

# • Fortalecimento do trabalho da Coordenadoria do Tratamento Penal – COTRAP/IAPEN, por meio da firmação de termo de cooperação técnico e outras parcerias com fim de captar recursos financeiros, planejar, implementar e avaliação a execução de projetos e ações institucionais, tendo como público alvo, os servidores penitenciários, profissionais da educação e população carcerária.

1. [↑](#footnote-ref-1)